

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO NORTE

**RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DE CONTROLE INTERNO
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019 CONFORME DISPOSITIVOS
DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº. 01/2016 DO TCE-AL.**

Controladoria Interna

Handwritten signature

SLN, junho de 2020

CONTROLE INTERNO

Controladora Interna

Leyla Christine Leite L de Farias

Relatório e Parecer Conclusivo de Controle Interno da Prestação de Contas do Exercício de 2019.

Relatório e Parecer Conclusivo da Prestação de Contas
do exercício de 2019 do Município de Santa Luzia do
Norte/Estado de Alagoas conforme exigências
estabelecidas na Resolução Normativa nº 01/2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Leyla', is located in the bottom right corner of the page.

SUMÁRIO

I -

APRESENTAÇÃO

II – INTRODUÇÃO

1 – Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária.

2 - Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

3 - Observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

5 - Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

7 – Aplicação de recursos PÚBLICOS por entidade de direito privado.

8 – Medidas adotadas para proteger o patrimônio PÚBLICO, em especial o Ativo Imobilizado.

III – CONCLUSÃO (Parecer Conclusivo).



I – APRESENTAÇÃO

Na qualidade de responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Santa Luzia do Norte/Estado de Alagoas, apresentamos o relatório e parecer conclusivo sobre as contas deste Município, relativo ao exercício de 2019, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, os artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/64 combinada com os dispositivos dos Anexos II, IV, V e VI da Resolução Normativa nº 01/2016 do TCE-AL.



II – INTRODUÇÃO

Considerando a exigência da emissão de relatório final e parecer conclusivo da Prestação de Contas do exercício de 2019 pelo órgão de controle interno deste Município, conforme dispositivos da Resolução Normativa nº 01/2016, procedeu-se ao exame dos atos de repercussão **contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial**, bem como a realização de análise e avaliação das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2019.

Com base nos exames realizados e com as informações que vieram ao nosso conhecimento durante o decurso normal dos trabalhos de inspeção realizados durante o exercício de 2019, o presente relatório contém a descrição da situação encontrada.

1 - Cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em análise constatou-se:

- O Plano Plurianual – PPA e a Lei das Diretrizes Orçamentária - LDO foram utilizadas como um instrumento de planejamento estratégico das ações do Município de Santa Luzia do Norte.

Dos investimentos programados para o exercício, os relatórios internos demonstram que foram gastos R\$ 1.311.523,18 (um milhão, trezentos e onze mil, quinhentos e vinte e três reais e dezoito centavos) dos R\$ 13.785.368,85 (treze milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) Previstos no PPA 2018/2021, conforme demonstrado no Anexo 1. Uma redução nos investimentos na ordem de 90,48% - R\$ 12.473.845,67 (doze milhões, quatrocentos e setenta e três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).



Quanto ao cumprimento das metas previstas na LOA, o quadro abaixo demonstra uma pequena redução nas Despesas com Pessoal e Encargos Sociais o que não foi acompanhado pelas Despesas Correntes onde houve um expressivo acréscimo com relação a previsão, o que contribui com um desequilíbrio na execução orçamentária. O quadro apresenta também um forte redimensionamento do orçamento de investimentos para as Despesas Correntes.

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA		
Despesa	Orçada R\$	Liquidada R\$
Pessoal e Encargos	16.905.063,98	16.708.983,03
Juros e Encargos da Dívida	7.221,63	4.287,88
Outras Despesas Correntes	7.252.897,29	12.504.697,78
Investimentos	13.785.368,85	1.267.168,85
Inversões Financeiras	38.088,75	0,00
Amortização	909.239,04	629.173,06
Reserva de Contingência	821.218,00	0,00
Despesa (Intra-Orçamentaria)	1.907.865,46	2.204.580,72
Total R\$	41.626.963,00	33.318.891,32

Fonte: RREO – ANEXO I

2 - Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias, realizadas pelo órgão de Controle Interno no exercício de 2019, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4.320/64, que todas foram escrituradas em conformidade com as normas ali previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

a) A despesa orçamentária ficou dentro do limite dos créditos autorizados na LOA e suas alterações orçamentárias (créditos adicionais) de acordo com o Artigo 4º da Lei nº 618/2018 - LOA:

1 - Créditos Adicionais concedidos pela Lei Orçamentária nº. 618/2018
(40% de R\$ 41.626.963,00) = R\$ 16.650.785,20

Créditos Adicionais realizados: R\$ 16.510.878,17

Resultado: R\$ 16.650.785,20 – 16.510.878,17 = R\$ 139.907,03.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO NORTE
QUADRO DE DECRETOS

DATA	Nº DO DECRETO	Nº DA LEI	CRÉDIT OS		ORIGENS DOS RECURSOS	
			CRÉD.	CRÉD. ESPECIAL	PO R	
02/01/2019		1	618/2018	449.372,88	0,00	449.372,88
01/02/2019		2	618/2018	635.466,13	0,00	635.466,13
01/03/2019		3	618/2018	1.342.774,42	0,00	1.342.774,42
01/04/2019		4	618/2018	657.916,77	0,00	657.916,77
02/05/2019		5	618/2018	559.652,33	0,00	559.652,33
03/06/2019		6	618/2018	532.747,82	0,00	532.747,82
01/07/2019	07/LOA/2019	618/2018	1.827.807,30	0,00	1.827.807,30	
01/08/2019	08/LOA/2019	618/2018	2.930.327,84	0,00	2.930.327,84	
02/09/2019	09/LOA/2019	618/2018	1.238.452,11	0,00	1.238.452,11	
01/10/2019	10/LOA/2019	618/2018	1.819.230,81	0,00	1.819.230,81	
01/11/2019	001_GEITE/2019	618/2018	15.810,00	0,00	15.810,00	
01/11/2019	11/618/2019	618/2018	256.000,00	0,00	256.000,00	
01/11/2019	11/LOA/2019	618/2018	1.807.822,04	0,00	1.807.822,04	
02/12/2019	12/LOA/2019	618/2018	2.354.695,56	0,00	2.354.695,56	
18/12/2019	089/CMSLN/2019	618/2018	31.391,00	0,00	31.391,00	
31/12/2019	002/CMSLN/2019	618/2018	51.411,16	0,00	51.411,16	
TOTAL GERAL			16.510.878,17	0,00	16.510.878,17	

b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais;

c) Houve correção quanto à classificação econômica da despesa (Anexo 01 da Lei Federal nº 4.320/64 e Portarias Ministeriais);

d) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos artigos 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64;

e) As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.), nos termos da legislação vigente;

f) Os bens móveis e imóveis adquiridos no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas;

g) Não houve controle contábil mensal das entradas, saídas e do saldo dos materiais estocados em almoxarifado;

h) Os inventários dos materiais estocados em almoxarifado e dos bens patrimoniais não coincidem com os registros contábeis; uma vez que, não foram criados mecanismos de controle;

i) No controle contábil das operações financeiras extras orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada;

2.1 – Eficiência e Eficácia da Gestão Orçamentária.



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO NORTE

4.320/64 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO
2019

ANEXO 12 DA LEI

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO REALIZADO (d = (c-b))
Receitas Correntes	28.973.685,79	28.973.685,79	29.476.439,00	502.753,21
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	642.562,59	642.562,59	686.095,59	43.533,00
Impostos	621.510,18	621.510,18	656.396,81	34.886,63
Taxas	21.052,41	21.052,41	29.698,78	8.646,37
Contribuições	921.931,59	921.931,59	617.557,12	-304.374,47
Contribuições Sociais	827.821,91	827.821,91	568.635,28	-259.186,63
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	94.109,68	94.109,68	48.921,84	-45.187,84
Receita Patrimonial	66.307,94	66.307,94	37.810,48	-28.497,46
Valores Mobiliários	66.307,94	66.307,94	37.810,48	-28.497,46
Transferências Correntes	27.342.883,67	27.342.883,67	28.091.052,09	748.168,42
Transferências da União e de suas Entidades	18.506.405,31	18.506.405,31	21.133.481,72	2.627.076,41
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.463.588,36	2.463.588,36	2.527.268,89	63.680,53
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.372.890,00	6.372.890,00	4.430.301,48	-1.942.588,52
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	43.923,72	43.923,72
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	10.262,40	10.262,40
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	33.661,32	33.661,32
Receitas de Capital	8.818.410,12	8.818.410,12	0,00	-8.818.410,12
Transferências de Capital	8.818.410,12	8.818.410,12	0,00	-8.818.410,12
Transferências da União e de suas Entidades	8.818.410,12	8.818.410,12	0,00	-8.818.410,12
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	41.626.963,00	41.626.963,00	32.202.039,95	-9.424.923,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	41.626.963,00	41.626.963,00	32.202.039,95	-9.424.923,05
DÉFICIT (IV)1	-	-	2.622.324,70	-
TOTAL (V) = (III + IV)	41.626.963,00	41.626.963,00	34.824.364,65	-6.802.598,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - RPPS	0,00	0,00	-	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA CRÉDITOS ADICIONAIS	-	0,00	0,00	-



DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DOTAÇÃO (f)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	25.921.685,14	36.224.994,40	32.841.352,76	31.380.233,76	30.779.829,23	3.383.641,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.661.566,22	20.303.875,57	18.892.312,75	18.871.248,10	18.822.402,08	1.411.562,82
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.221,63	7.221,63	4.287,88	4.287,88	4.287,88	2.933,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.252.897,29	15.913.897,20	13.944.752,13	12.504.697,78	11.953.139,27	1.969.145,07
DESPESAS DE CAPITAL	14.884.059,86	5.142.750,60	1.983.011,89	1.938.657,56	1.904.139,75	3.159.738,71
INVESTIMENTOS	13.785.368,85	4.443.163,32	1.311.523,18	1.267.168,85	1.232.651,04	3.131.640,14
INVERSÕES FINANCEIRAS	38.088,75	88,75	0,00	0,00	0,00	88,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.060.602,26	699.498,53	671.488,71	671.488,71	671.488,71	28.009,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	821.218,00	259.218,00	-	-	-	259.218,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	41.626.963,00	41.626.963,00	34.824.364,65	33.318.891,32	32.683.968,98	6.802.598,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IX)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (X) = (VIII + IX)	41.626.963,00	41.626.963,00	34.824.364,65	33.318.891,32	32.683.968,98	6.802.598,35

ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO				
DESPESAS CORRENTES	62.682,03	188.083,30	138.887,51	138.407,51	89.633,49	22.724,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	62.682,03	64.322,64	37.371,18	37.371,18	89.633,49	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	123.760,66	101.516,33	101.036,33	0,00	22.724,33
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	20.533,00	10.685,00	10.685,00	0,00	9.848,00
INVESTIMENTOS	0,00	20.533,00	10.685,00	10.685,00	0,00	9.848,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	62.682,03	208.616,30	149.572,51	149.092,51	89.633,49	32.572,33

ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

RESTOS A PAGAR PRECESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO			
DESPESAS CORRENTES	19.241,15	1.426.693,01	953.503,65	448.569,77	43.860,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.241,15	1.211.183,47	781.854,85	448.569,77	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	215.509,54	171.648,80	0,00	43.860,74
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	146.347,59	146.347,59	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	146.347,59	146.347,59	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	19.241,15	1.573.040,60	1.099.851,24	448.569,77	43.860,74

Resultado da Execução Orçamentária = Receita Executada – Despesa Executada

= R\$ 32.202.039,95 – 34.824.364,65 = (2.622.324,70) Deficitário RE < DE

Constatou-se a presença de um grave déficit na execução orçamentária, representado por uma despesa executada superior ao valor arrecadado no exercício.

Assinatura

Um resultado deficitário, em termos gerenciais, normalmente é condenado, pois evidencia uma situação em que o gestor público assumiu mais obrigações (despesa pagas e inscritas em restos a pagar) do que arrecadou de receita no exercício respectivo, proporcionando o chamado "déficit Público".

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name, possibly "Garcia", written in a cursive script.

Resultado da Receita Orçamentária = Receita Executada – Receita Prevista

32.202.039,95 – 41.626.963,00 = R\$ (9.424.923,05) Deficitário RE < RP

Constatou-se um DEFICIT de arrecadação. O Ente arrecadou menos do que a previsão orçamentária da receita estabelecida na LOA 2019.

Receita Realizada/Previsão Inicial = 0,77 x 100 = 77%

DIFERENÇA = 23%

Resultado da Despesa Orçamentária = Despesa Executada – Despesa Atualizada

32.824.364,65 – 41.626.963,00 = R\$ (8.802.598,35) DE < DA

Constatou-se uma economia orçamentária, ou seja, o ente empenhou menos do que efetivamente foi fixado de créditos orçamentários e adicionais para a realização de despesas.



2.2 – Eficiência e Eficácia da Gestão Financeira.

Para efeito de análise da gestão financeira do Município de Santa Luzia do Norte, de forma resumida, segue o demonstrativo de execução financeira – Balanço Financeiro do exercício de 2019, a seguir:

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO NORTE BALANÇO FINANCEIRO			BALANÇO 2019 ANEXO 13 DA LEI 4.320/64		
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	ATUAL	ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	ATUAL	ANTERIOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	32.202.039,95	24.309.693,79	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VII)	34.824.364,65	23.966.404,33
ORDINÁRIO	17.040.626,80	9.693.757,55	ORDINÁRIO	16.132.781,87	8.823.371,75
RECURSOS PRÓPRIOS	17.040.626,80	9.693.757,55	RECURSOS PRÓPRIOS	16.132.781,87	8.823.371,75
VINCULADA	15.161.413,15	14.615.936,24	VINCULADA	18.691.582,78	15.143.032,58
AFM/FNS	0,00	91.433,67	ASPS	2.906.605,23	2.464.318,09
ASPS	1.942.642,09	1.142.370,25	ASSISTENCIA SOCIAL	577.234,79	530.860,99
ASSISTENCIA SOCIAL	333.225,81	350.160,00	BLOCO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	24.506,50
BLOCO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	0,00	39.486,72	BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	6.060,00	1.636.192,10
BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA	0,00	1.634.209,99	BLOCO DE GESTÃO DO SUS	0,00	19,00
BLOCO DE GESTÃO DO SUS	0,00	11.000,00	BLOCO DO MAC	0,00	40.646,82
BLOCO DE INVESTIMENTO NA REDE DE SERVIÇOS DE	0,00	4.022,00	BLOCO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	102.992,34
BLOCO DO MAC	1.420,64	56.095,66	CESSÃO ONEROSA	4.875,10	0,00
BLOCO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	120.031,52	CUSTEIO SUS	2.784.275,61	0,00
CESSÃO ONEROSA	487.510,11	0,00	EMENDA PARLAMENTAR INDIVIDUAL - BLOCO DE	24.225,00	0,00
CIDE	9.458,11	15.727,96	FNDE - BRASIL ALFABETIZADO	1,50	0,00
CUSTEIO SUS	2.273.543,17	0,00	FNDE - PNAE	241.991,86	153.816,58
FNDE - PNAE	135.114,56	206.133,96	FNDE - PNATE	7.749,92	17.480,00
FNDE - PNATE	11.063,49	10.355,43	FUNDEB	5.803.487,08	5.615.381,38
FUNDEB	5.707.315,29	6.893.574,07	INVESTIMENTO SUS	95.415,01	119.680,03
INVESTIMENTO SUS	0,00	149.800,00	MDE	1.728.699,03	826.888,30
MDE	778.023,05	493.544,90	OUTRAS TRANSFERÊNCIA DO FNDE	20.900,00	64.084,55
OUTRAS TRANSFERÊNCIA DO FNDE	179,95	55.487,81	RECURSOS DO GEITE	21.000,00	0,00
RECURSOS DO GEITE	21.080,00	0,00	RECURSOS PRÓPRIOS DA EDUCAÇÃO	2.219,92	9.000,00
RPPS	3.308.938,13	3.185.024,99	RPPS	4.277.703,66	3.413.864,95
TRANSFERÊNCIA DE REC. DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	151.878,75	137.477,31	TRANSFERÊNCIA DE REC. DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	189.139,07	123.300,95
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	7.123.071,94	4.116.926,30	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VIII)	7.123.071,94	4.116.926,30
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (III)	4.433.900,25	5.053.544,12	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (IX)	2.934.872,92	3.897.801,40
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	2.140.395,67	1.811.666,64	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	1.248.943,75	1.104.910,65
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.505.473,33	239.171,13	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	149.092,51	1.104.910,65
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	634.922,34	1.572.495,51	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.099.851,24	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS	2.188.491,09	2.136.557,62	VALORES RESTITUÍVEIS	1.551.742,28	1.627.655,52
OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	105.013,49	1.105.319,86	OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	134.186,89	1.165.235,23
OUTRAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IV)	0,00	0,00	OUTRAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS (X)	0,00	0,00
SALDO ANTERIOR (V)	2.224.240,36	725.208,18	SALDO ATUAL (XI)	1.100.942,99	2.224.240,36
TOTAL GERAL DOS INGRESSOS (VI) = (I + II + III + IV + V)	45.983.252,50	34.205.372,39	TOTAL GERAL DOS DISPÊNDIOS (XII) = (VII + VIII + IX + X + XI)	45.983.252,50	34.205.372,39

O Resultado financeiro do exercício pode ser apurado pela diferença entre o saldo final (SF) e o saldo inicial (SI) das disponibilidades.

Analisando os dados do Balanço Financeiro apurou-se o seguinte resultado deficitário.
(RFE = SF – SI)

$$1.100.942,99 - 2.224.240,36 = \text{R\$ } (1.123.297,37)$$

Utilizando os dados contidos no Balanço Financeiro foi possível realizar um teste de verificação da execução orçamentária (REO), que apresentou os seguintes resultados:

- a) A diferença entre a Receita Orçamentária (RO) e a Despesa Orçamentária (DO), calculada a partir do Balanço Financeiro:

$$\text{REO} = \text{RO} - \text{DO}$$

$$\text{R\$ } 32.202.039,95 - 34.824.364,65 = (2.622.324,70) - \text{R.E.O Deficitário.}$$

RO = Receita realizada
DO = Despesa realizada

- b) Apuração do valor da Despesa Orçamentária paga no exercício (DOpg), calculado pela diferença entre a Despesa Orçamentária Empenhada (DOE) e o valor inscrito em Restos a Pagar no exercício (RP):

$$\text{DOpg} = \text{DOL (liquidada)} - \text{RP}$$

$$\text{R\$ } 34.824.364,65 - \text{R\$ } 2.140.395,67 = \text{R\$ } 32.683.968,98$$

Fonte: Balancete da Despesa 2019.



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO NORTE BALANÇO PATRIMONIAL			BALANÇO 2019 ANEXO 14 DA LEI 4.320/64		
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	ATUAL	ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	ATUAL	ANTERIOR
ATIVO	17.859.349,46	17.154.315,63	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.859.349,46	17.154.315,63
ATIVO CIRCULANTE	3.315.847,68	4.418.681,00	PASSIVO CIRCULANTE	7.937.468,38	8.213.738,24
			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E PESSOAL A PAGAR	48.846,02	1.230.424,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.100.942,99	2.224.240,36		6.644,51	444.395,55
			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	302.025,80
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.100.942,99	2.224.240,36	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	42.201,51	484.003,27
			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO	628.361,89	360.807,61
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	940.235,17	948.507,40	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS	628.361,89	360.807,61
			A CURTO PRAZO		
			OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	1.014,06	854,20
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	940.235,17	948.507,40	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO	1.014,06	854,20
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.259.246,41	6.621.651,81
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.274.669,52	1.245.496,12	VALORES RESTITUIVEIS	7.258.205,30	6.621.456,49
			OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.041,11	195,32
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	6.634,58	0,00	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	63.439.085,12	45.553.093,34
			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	10.344.718,67	10.895.991,49
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.268.034,94	1.245.496,12	PESSOAL A PAGAR	24.073,30	23.106,73
			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	10.320.645,37	10.870.884,76
VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	437,12	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	1.359.027,91	1.293.351,21
			FORNECEDORES NACIONAIS A LONGO PRAZO	1.359.027,91	1.293.351,21
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	0,00	219,92	PROVISÕES A LONGO PRAZO	51.735.338,54	33.365.750,64
			PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	51.735.338,54	33.365.750,64
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	0,00	217,20	PATRIMONIO LIQUIDO	-53.517.204,04	-36.612.515,95
			RESULTADOS ACUMULADOS	-53.517.204,04	-36.612.515,95
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	14.543.501,78	12.735.634,63	SUPERÁVITS OU DÉFICITS	-53.517.204,04	-36.612.515,95
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	3.389.007,78	2.858.994,48	ACUMULADOS SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.464.899,81	3.379.579,45
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-36.612.515,95	-39.992.095,40
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	3.372.733,13	2.842.719,83	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-18.369.587,90	0,00
ESTOQUES	16.274,65	16.274,65			
IMOBILIZADO	11.154.494,00	9.876.640,15			
BENS MÓVEIS	6.322.151,59	5.990.884,09			
BENS IMOVEIS	4.832.342,41	3.885.756,06			
TOTAL DO ATIVO	17.859.349,46	17.154.315,63	TOTAL DO PASSIVO	17.859.349,46	17.154.315,63
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64					
ATIVO FINANCEIRO	2.375.612,51	3.469.736,48	PASSIVO FINANCEIRO	9.475.034,04	8.439.085,12
ATIVO PERMANENTE	15.483.736,95	13.684.579,15	PASSIVO PERMANENTE	63.439.085,12	45.553.093,34
TOTAL	17.859.349,46	17.154.315,63	TOTAL	72.914.119,16	54.002.178,46
SALDO PATRIMONIAL				-55.054.769,70	-36.612.515,95
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64					

GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAS ATIVOS	0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAS PASSIVOS	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Handwritten signature

A seguir serão apresentados os quocientes que foram julgados adequados e importantes para análise e interpretação dos resultados apresentados no Balanço Patrimonial:

a) Quociente de Liquidez Imediata

Disponibilidade/Passivo Circulante

$$\text{R\$ } 1.100.942,99 / 7.937.468,38 = 0,138$$

Essa situação evidencia que os recursos financeiros disponíveis são inferiores à soma dos compromissos a pagar de curto prazo. Em termos didáticos, para cada R\$ 1,00 de compromissos a entidade tem disponível apenas R\$ 0,138. Esse resultado mostra uma situação extremamente grave e desconfortável.

b) Quociente de Liquidez Corrente

Ativo Circulante/Passivo Circulante

$$3.315.847,68 / 7.937.468,38 = 0,417$$

A soma do Ativo Circulante é menor do que a soma do Passivo Circulante. Os recursos financeiros disponíveis ou realizáveis no período de doze meses seguintes à data do fechamento das demonstrações contábeis de 2019 são inferiores à soma dos compromissos a pagar de curto prazo, ou seja, aqueles que deverão ser cumpridos, geralmente, até o final do exercício de 2020. O coeficiente demonstra, que para cada R\$ 1,00 de recursos financeiros haverá disponível apenas R\$ 0,417. Portanto, o balanço apresenta um déficit financeiro na ordem de 59%.

c) Quociente de Liquidez Geral

Ativo (Circulante + Realizável a Longo Prazos)/Passivo (Circulante + Não Circulante)

$$(3.315.847,68 + 11.703.746,58) / (7.937.468,38 + 63.439.085,12) = 0,21$$



Esse quociente de 0,21 comprova a difícil situação patrimonial da entidade. A soma do (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) é menor do que a soma do Passivo (Circulante + Não Circulante) comprovam que, os recursos financeiros disponíveis, mais os bens e direitos realizáveis em 2019 são insuficientes para honrar com a soma dos compromissos a pagar de curto e longo prazos, ou seja, aqueles que deverão ser cumpridos durante o exercício de 2020. Esse resultado mostra uma situação financeira crítica, pois para cada R\$ 1,00 de obrigações financeiras de curto prazo, mais as parcelas do estoque da dívida para 2020, existem apenas R\$ 0,21 disponíveis de recursos imediatos e a concretizar.

d) Quociente da Composição do Endividamento Passivo

Circulante/Passivo (Circulante + Não Circulante)

$$7.937.468,38 / (7.937.468,38 + 63.439.085,12) = 0,11$$

O volume da dívida de curto prazo representa 11,12% em relação ao total da dívida existente no exercício. Portanto a maior parte das obrigações existentes refere-se à dívida fundada, que deverá ser paga a longo prazo. Os demais quocientes relatam que não existe disponibilidade financeira suficiente capaz de cumprir com os pagamentos devidos e, que, portanto, a situação é preocupante.

e) Quociente do Resultado Patrimonial

Ativo Total/Passivo Total


$$17.859.349,46 / 72.914.119,16 = 0,24$$

A soma dos bens e direitos disponíveis ou realizáveis a curto e longo prazos, é inferior à soma das obrigações exigíveis de curto e longo prazos.



2.3.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais.

A consistência da apuração do resultado do exercício da demonstração das variações patrimoniais foi verificada mediante análise do balancete de verificação contábil de 31/12/2019:

 ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO NORTE DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		BALANÇO 2019 ANEXO 15 DA LEI 4.320/64	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		ATUAL	ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			R
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		42.137.024,55	32.740.642,76
IMPOSTOS		1.210.514,83	1.528.809,18
TAXAS		1.180.616,05	1.467.189,48
CONTRIBUIÇÕES		29.698,78	61.619,70
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		3.343.158,07	3.249.046,88
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		3.294.236,23	3.184.745,26
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		0,00	15.680,87
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		48.921,84	48.620,75
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		486.380,25	27.469,09
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		37.810,48	27.469,09
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		448.569,77	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		35.211.645,86	24.561.819,11
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS		7.123.071,94	4.116.926,30
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS		22.387.078,29	20.383.621,29
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		5.701.495,63	61.271,52
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		1.841.601,82	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		1.841.601,82	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		43.923,72	3.373.498,50
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		0,00	7.983,23
		43.923,72	3.365.515,27
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		40.672.124,74	29.361.063,31
PESSOAL E ENCARGOS		14.782.223,51	15.377.179,96
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		11.798.928,88	12.220.636,95
ENCARGOS PATRONAIS		2.963.967,26	3.108.806,40
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		19.327,37	47.736,61
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		4.144.241,37	3.501.242,40
APOSENTADORIAS E REFORMAS		3.685.649,02	3.079.000,61
PENSÕES		307.537,94	330.056,48
BENEFÍCIOS EVENTUAIS		7.320,00	600,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		143.734,41	91.585,31
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		11.844.094,04	4.057.429,21
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		1.832.017,98	1.062.848,20
SERVIÇOS		10.012.076,06	2.994.581,01
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		375.603,78	134.083,42
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		76.537,32	17.957,56
JUROS E ENCARGOS DE MORA		115,60	2.854,56
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		298.950,86	113.271,30
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		7.135.891,60	4.116.926,30
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		7.123.071,94	4.116.926,30
TRANSFERÊNCIAS INTER-GOVERNAMENTAIS		12.819,66	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		2.029.494,41	0,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		2.029.494,41	0,00
TRIBUTÁRIAS		356.120,03	285.754,71
CONTRIBUIÇÕES		356.120,03	285.754,71
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		4.456,00	1.888.447,31
PREMIAÇÕES		4.456,00	4.752,40
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		0,00	1.883.694,91
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		1.464.899,81	3.379.579,45

O resultado encontrado coincide com aquele constante do Demonstrativo das Variações Patrimoniais, demonstrando a consistência das informações contábeis.

2.3.3 – Dívida Consolidada Líquida.

Quanto à dívida consolidada líquida do município apresentou a seguinte posição em 31 de Dezembro de 2019, a qual atende ao disposto na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – RGF – ANEXO 2


EXERCÍCIOS DE 2018/2019

TÍTULOS	2018 (R\$)	2019 (R\$)
Dívida Consolidada Líquida (A)	10.309.887,97	9.371.994,81
Receita Corrente Líquida (B)	20.975.148,23	28.907.803,72
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (A / B)	49,15	32,42
Límite de máximo de endividamento, conforme artigos 3º e 4º da Resolução 40/01 do Senado Federal e suas alterações.)		1,20

No exercício de 2018 a Dívida Consolidada Líquida do Município correspondia a menos de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, mantendo-se abaixo deste fator no exercício de 2019, estando, portanto, dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.



2.3.4 - Demonstração da Dívida Fundada Interna.

 ESTADO DE ALAGOAS		BALANÇO 2019				
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO NORTE		ANEXO 16 DA LEI 4.320/64				
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA / EXTERNA						
CONTA	ESPECIFICAÇÃO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	SALDO ATUAL
2211104020000	PRECATORIOS DE NATUREZA ALIMENTAR	23.106,73	966,57	0,00	0,00	24.073,30
2214101010000	00935/2014 - PARCELAMENTO FUNPREV/PREFEITURA	2.532.450,89	1.955.620,78	462.847,92	0,00	4.025.223,75
2214101020000	00936/2014 - PARCELAMENTO FUNPREV/CAMARA	24.297,68	0,00	0,00	0,00	24.297,68
2214103000000	PARCELAMENTO FGTS	3.827.190,09	0,00	0,00	0,00	3.827.190,09
2214301010100	613236807 - PARCELAMENTO INSS - LEI 10.522/2002	4.255,80	0,00	0,00	0,00	4.255,80
2214301010200	620759879 - PARCELAMENTO INSS - LEI 10.810 - OPP	4.482.690,30	0,00	201.410,43	1.841.601,82	2.439.678,05
2231105020100	2018/035602 - EQUATORIAL - TERMO DE PARCELAMENTO	126.770,19	0,00	7.230,36	0,00	119.539,83
2231105020200	PRECATORIOS DE NATUREZA COMUM	1.166.581,02	72.907,06	0,00	0,00	1.239.488,08
TOTAL GERAL		12.187.342,70	2.029.494,41	671.488,71	1.841.601,82	11.703.746,58



Houve uma redução na Dívida Fundada na ordem de R\$ 483.596,12 em função de alguns ajustes realizados ao longo do exercício financeiro, bem como do pagamento regular de sua dívida.

3 - Observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.

3.1 – Restos a Pagar

Quanto aos restos a pagar do Poder Executivo Municipal, verificou-se o seguinte: o demonstrativo da dívida flutuante e do balancete da despesa em 31/12/2019 revelam um total de despesas inscritas em restos a pagar processados do exercício em R\$ 634.922,34. Os restos a pagar não processados somam o montante de R\$ 1.505.473,33. O total de restos a pagar é de R\$ 2.140.395,67, conforme, comparado com o Balanço Financeiro 2019. O relatório da Dívida Flutuante de 2019 demonstra que será preciso verificar a condição de todos os restos a pagar dos exercícios anteriores, para possível pagamento ou cancelamento.

3.2 – Realização de Despesas Total com Pessoal.

No tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os arts. 18 a 23

- da Lei Complementar nº 101/2000, cabem as seguintes considerações:

DESPESAS COM PESSOAL

RGF – ANEXO 1

Receita Corrente Líquida (R C L)	R\$ 28.907.803,72
Despesas com Pessoal Computáveis nos ÚLTIMOS 12 meses Consolidado.	R\$ 14.254.318,22
	49,31% s/R C L

Verifica-se que o índice total de Despesa com Pessoal ficou em 49,31%, situando-se, portanto, abaixo do limite de alerta que é de 54,00%.



4 - Aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços PÚBLICOS de SAÚDE.

4.1 - Ensino

APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

EXERCÍCIO DE 2019 (Despesa Liquidada)

TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	13.760.588,79
Despesas Liquidadas no Exercício (B)	3.930.085,39
Percentual dos Recursos Recebidos e Aplicados no Exercício [C = B/A) * 100%]	28,56%
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profis. Magistério	3.808.257,20
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério	66,73%



Analizados os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, constatou-se que o Município, em conformidade com ART.212 da C.F, a Emenda Constitucional nº 53/06 e as Leis nº 9.394/96 e 11.494/07 despendeu, efetivamente, no exercício financeiro de 2019, tendo por base as despesas liquidados no exercício, incluídos os restos a pagar, o montante de R\$ 3.930.085,39 o qual representa 28,56% assim, atendendo ao artigo 212 da Constituição Federal.

4.1.1 - Desempenho do FUNDEB:

O Município, no exercício de 2019, teve um desempenho positivo com relação as Transferencias e deduções, conforme se demonstra a seguir:

1.7.2.4.01.00.00 – Transferências do FUNDEB	R\$ 5.701.495,63
9.7.2.0.00.00.00 – Dedução de Receita para o FUNDEB	R\$ (2.459.275,69)
Resultado – SUPERÁVIT	R\$ 3.242.219,94

4.1.2 - Aplicação Mínima de 60% na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental:

Para fins de verificação do cumprimento do disposto no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) verificou-se que, do total dos recursos aplicados na forma do art. 212 da C.F, o percentual **66,73%**, refere-se a despesas com o Ensino Fundamental, atendendo o percentual mínimo de 60% previsto na legislação.

4.2 - SAÚDE.

Analizados os gastos com as ações e serviços públicos na área da Saúde, constatamos que, tendo por base as despesas liquidadas, o Município despendeu, efetivamente, no exercício financeiro de 2019, o montante liquidado de R\$ 4.768.274,54 o qual representa 21,82% das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo assim a exigência legal estabelecida no art. 198, § 2º, III da CF.



Os gastos com ações e serviços públicos na área da saúde, realizados pelo Município em 2019, compreendendo as despesas liquidadas na função 10, de acordo com o constante no balancete da Secretaria Municipal de SAÚDE, pode ser visualizado no seguinte quadro demonstrativo:

Especificação	Valor
Total das Receitas Vinculadas	12.952.869,04
Valor mínimo a ser aplicado em A S P S (mínimo 15%)	1.942.930,35
Total das despesas liquidadas na saúde – função 10	4.708.274,54
(-) Despesas não computáveis	1.941.046,33
(=) Valor Total Aplicado	2.827.228,21
	21,82%

Do total liquidado na função 10 exclui-se o montante de despesas de R\$ 1.941.046,33, uma vez que se refere a despesas realizadas com recursos (receitas) providas do FNS – Fundo Nacional de Saúde e do FES – Fundo Estadual de Saúde.

5 - Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

ALIENAÇÃO DE ATIVOS

EXERCÍCIO DE 2019

HISTÓRICO	INGRESSO O (R\$)	APLICAÇÃO (R\$)
Total de Recursos oriundos de Alienações de Bens	0,00	0,00
Saldo para o exercício seguinte	0,00	0,00



Não houve recursos arrecadados no exercício financeiro de 2019 oriundos da alienação de bens.

6 - Observância do repasse de recursos ao Poder Legislativo.

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO

EXERCÍCIO DE 2019

Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2018.	Limite Máximo de Repasse em 2019: 7% das receitas arrecadadas em 2018, conforme primeira coluna.	Valor do Repasse Previsto na Lei Orçamentária Anual (Proporção fixada na LOA)	Repasse Realizado
R\$ 12.881.943,59	R\$ 901.736,05	R\$ 870.344,00	R\$ 900.701,60

Os valores mensais repassados estão de acordo com o limite estabelecido no Art. 29-A da CF/1988.

7 - Observância de recursos PÚBLICOS por entidade de direito privado.

Em relação à aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, anota-se que o Município concedeu subvenções sociais, mediante convênio a Associação Musical Independente e a Sociedade Musical Professor Vanderlei, visando a diferentes objetivos, os quais foram alcançados em sua totalidade, observando-se algumas das entidades já prestaram contas e outras estão em processo de análise documental.

8- Providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário, especificando, quando for o caso, as sindicâncias, inquéritos, processos administrativos e tomadas de contas especiais instauradas no período e os respectivos resultados, com indicação do tipo de procedimento, o NÚMERO de registro, os fatos ensejadores, as datas de instauração e as datas de comunicação do fato ao Tribunal de Contas se for o caso.



Nenhum processo de sindicância, de inquérito, administrativos ou tomadas de contas especial foram instaurados durante o exercício de 2019.

9 - Cumprimento da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública (SICAP), nos termos do art. 4º da Instrução Normativa nº 10, de 01 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

Constatou-se por meio do histórico de envios de arquivos ao SICAP, que o representante do órgão cumpriu com todos os prazos exigidos pelo TCE-AL no decorrer do exercício.

III – CONCLUSÃO (Parecer Conclusivo)

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº. 01/2016 e, representa, de forma fidedigna, as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

Verificaram-se os anexos do PPA e da LDO, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, a Demonstração da Dívida Flutuante, a Demonstração da Dívida Fundada, o Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, o Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, o Demonstrativo dos Limites de Repasses ao Poder Legislativo e demais documentos e demonstrações contábeis.



Ao proceder à apresentação dos comentários a respeito do Balanço Patrimonial, foi mencionada a questão abordada na Lei nº. 4320/64 e, também, efetivada uma explanação semelhante à Lei n. 6.404/76, tendo em vista que o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8º edição – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, Parte V apresenta os novos modelos de Demonstrações Contábeis (Balanços).

Assim, em relação ao Controle Interno, as demonstrações contábeis acima referidas, representam, em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara em 31 de dezembro de 2019, referente ao exercício findo na citada data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições, com as ressalvas e observações apresentadas, de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

É o relatório e parecer, s.m.j.

Santa Luzia do Norte, 26 de junho de 2020.


Leyla Christine Leite L. de Farias

CPF: 954.771.014-15

Controladora Geral